

# **Estatísticas Monetárias e de Crédito**

**Nota para a Imprensa**

1.7.2026

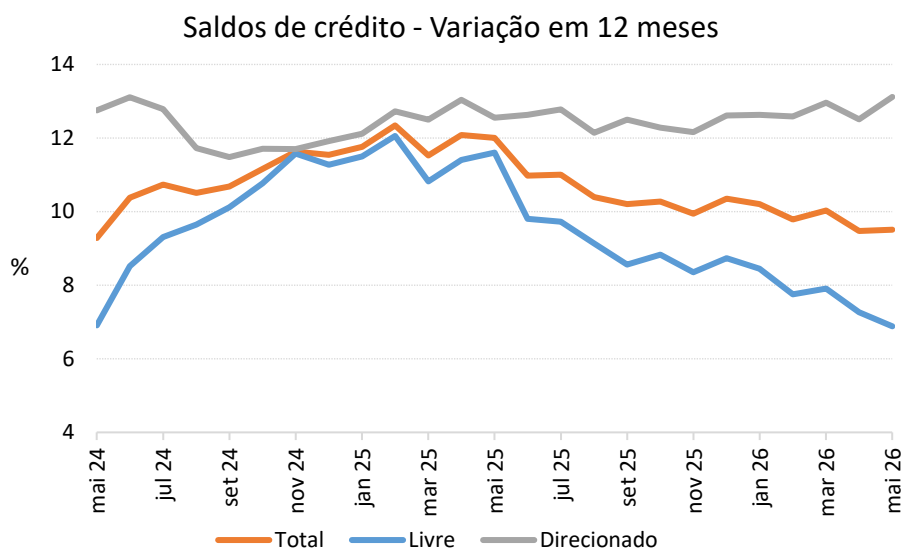
## 1. Crédito ampliado ao setor não financeiro

Em maio, o saldo do crédito ampliado ao setor não financeiro alcançou R\$21,5 trilhões (164,2% do PIB), com avanço mensal de 1,6%. Esse resultado refletiu, principalmente, os aumentos de 2,9% nos títulos públicos e de 2,5% nos empréstimos externos. Em doze meses, houve crescimento de 12,2%, destacando-se as elevações em títulos públicos (17,6%), empréstimos do SFN (9,2%) e títulos privados de dívida (19,0%).

O crédito ampliado às empresas atingiu R\$7,2 trilhões em maio (54,7% do PIB), com crescimento de 1,5%, resultado das elevações nos saldos dos empréstimos externos (2,5%), que refletiram a depreciação cambial no mês (1,37%), e dos títulos de dívida (1,7%). Em doze meses, a expansão de 6,9% foi impulsionada pelo incremento nos títulos de dívida (17,5%).

## 2. Operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN)

O estoque total de crédito do SFN somou R\$7,3 trilhões em maio, crescimento de 0,6% no mês, com aumentos de 0,7% nas operações com empresas e de 0,5% nas com famílias, que alcançaram R\$2,7 trilhões e R\$4,6 trilhões, na ordem. Em doze meses, a carteira de crédito total elevou-se 9,5% (ante 9,6% nos doze meses até abril), com avanços de 6,8% no crédito às empresas (ante 6,9%) e de 11,2% às famílias (11,2% também no mês anterior).

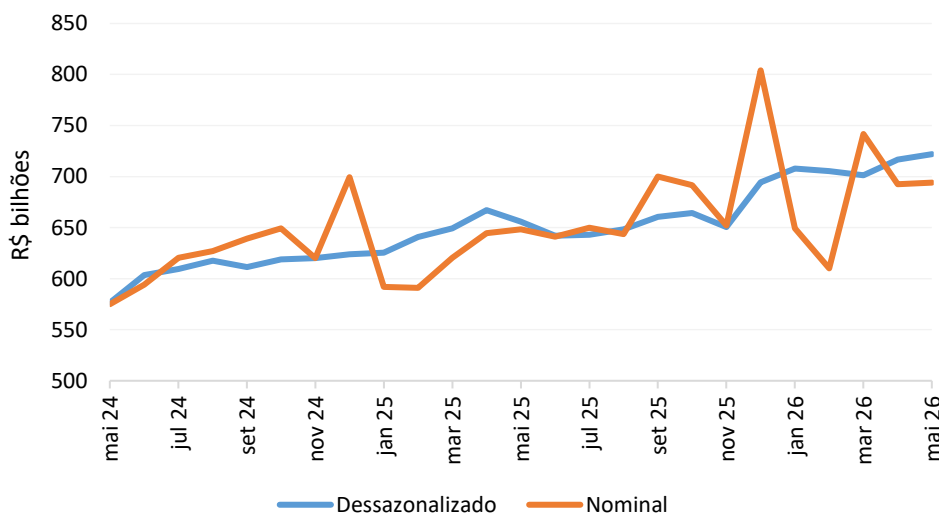


O crédito com recursos livres atingiu R\$4,1 trilhões em maio, com expansões de 0,3% no mês e de 6,9% em doze meses. No crédito livre às pessoas jurídicas, o estoque aumentou 0,3% no mês e manteve-se estável em doze meses, totalizando R\$1,6 trilhão. Destacaram-se os incrementos nas operações de antecipação de faturas de cartão de crédito, adiantamentos de contratos de câmbio (ACC) e capital de giro com prazo até 365 dias.

O crédito livre às pessoas físicas atingiu R\$2,5 trilhões, com expansões de 0,3% no mês e de 11,7% em doze meses, sendo determinantes os avanços em crédito consignado para trabalhadores do setor privado e para servidores públicos, e no cartão de crédito à vista.

O crédito direcionado somou R\$3,2 trilhões em maio, com incrementos de 0,9% no mês e de 13,1% em doze meses. Ressalte-se o crescimento de 1,2% na carteira de financiamentos imobiliários com taxas reguladas para pessoas físicas.

## Concessões de crédito



As concessões totais sazonalmente ajustadas cresceram 0,7% no mês, com retração de 1,0% nas operações com pessoas jurídicas e expansão de 0,4% nas operações com pessoas físicas.

A taxa média de juros das concessões alcançou 33,4% a.a. em maio, com redução de 0,1 p.p. no mês e aumento de 1,7 p.p. em doze meses. O *spread* bancário diminuiu 0,1 p.p. no mês e aumentou 1,6 p.p. em doze meses, situando-se em 22,1 p.p.

A taxa média de juros do crédito livre atingiu 49,5% a.a., com altas de 0,1 p.p. no mês e de 3,7 p.p. em doze meses. No crédito livre para empresas, a taxa média aumentou 0,3 p.p. no mês e 1,0 p.p. em doze meses, alcançando 25,2% a.a. Prevaleceu o efeito da elevação das taxas de juros (efeito taxa), com destaque para o aumento das taxas médias de capital de giro com prazo superior a 365 dias (1,3 p.p.) e de cheque especial (11,0 p.p.).

No crédito livre às famílias a taxa média de juros situou-se em 62,8% a.a., com redução de 0,2 p.p. no mês e aumento de 3,8 p.p. em doze meses, prevalecendo o efeito da variação das taxas (efeito taxa) em maio. Destacou-se a redução da taxa média de crédito pessoal não consignado total (-4,6 p.p.).

### Crédito com Recursos Livres

	Taxas médias de juros (% a.a.)		Variações mensais (p.p.)		
	abr/26	mai/26	Efeito Taxa	Efeito Saldo	Total
Pessoa Física	63,0	62,8	-0,4	0,2	-0,2
Pessoa Jurídica	24,9	25,2	0,4	-0,1	0,3
Total	49,4	49,5	-0,1	0,2	0,1

A inadimplência da carteira de crédito total do SFN alcançou 4,7%, com incrementos de 0,1 p.p. no mês e de 1,0 p.p. em doze meses. Nas operações com pessoas jurídicas, a inadimplência situou-se em 3,2%, aumentos de 0,1 p.p. no mês e de 0,5 p.p. em doze meses. No crédito a pessoas físicas, inadimplência de 5,6%, ocorreram elevações de 0,1 p.p. no mês e de 1,2 p.p. em doze meses.

No crédito com recursos livres, a inadimplência alcançou 6,2% da carteira, com acréscimos de 0,1 p.p. no mês e de 1,0 p.p. em doze meses. Por segmento, os percentuais de inadimplência do crédito livre às empresas e às famílias aumentaram, respectivamente, 0,1 p.p. e 0,2 p.p. no mês e 0,6 p.p. e 1,2 p.p. em doze meses, alcançando 4,1% e 7,6%, na ordem.

O endividamento das famílias situou-se em 49,8% em abril, com estabilidade no mês e elevação de 0,9 p.p. em doze meses. O comprometimento de renda permaneceu estável em abril, na comparação com março, e aumentou 1,1 p.p em doze meses, situando-se em 28,2%.

### 3. Agregados monetários

A base monetária totalizou R\$427,8 bilhões em maio, com reduções de 2,3% no mês e 5,4% em doze meses. No mês, o volume de papel-moeda em circulação cresceu 2%, enquanto as reservas bancárias diminuíram 25,2%.

Entre os fluxos mensais dos fatores condicionantes da base monetária, destacaram-se no sentido contracionista as operações com derivativos (R\$1,4 bilhão), as com títulos públicos federais (R\$39,4 bilhões) e os depósitos de instituições financeiras (R\$25,3 bilhões). Apresentaram impacto expansionista as operações do setor externo (R\$21,3 bilhões) e as do Tesouro Nacional (R\$58,5 bilhões).

Os meios de pagamento restritos (M1) totalizaram R\$656 bilhões, com elevação de 3,1% resultante dos crescimentos de 1,9% em papel-moeda em poder do público e de 4,4%, em depósitos à vista. Considerando-se dados dessazonalizados, o M1 cresceu 1,5% no mês.

O M2 cresceu 1,7% em maio, totalizando R\$7,6 trilhões, resultado da elevação de 2,3% dos depósitos a prazo (R\$ 3,9 trilhões). No período, os saldos da poupança (R\$ 1,0 trilhão) e das letras financeiras (R\$ 715 bilhões) avançaram, respectivamente, 0,8% e 1,2%, enquanto o saldo das letras de crédito (R\$ 1,1 trilhão) permaneceu estável.

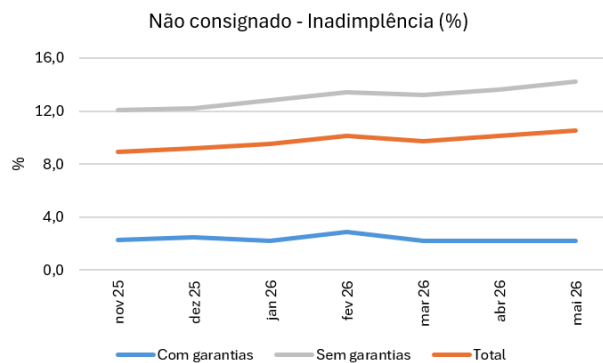
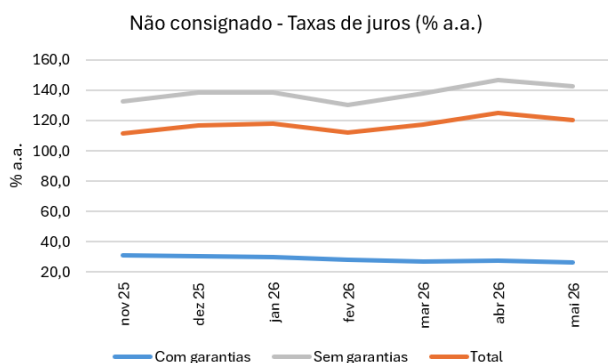
O M3 cresceu 1,2% no mês, totalizando R\$13,8 trilhões, refletindo a elevação do M2 e o aumento de 0,5% no saldo das quotas de fundos monetários. As operações compromissadas com títulos privados e títulos públicos avançaram, respectivamente, 1,1% e 3,3%. O M4 avançou 1,5% no mês e 11,7% em 12 meses, totalizando 15,5 trilhões.

### 4. Novas modalidades

A partir deste mês passam a ser divulgadas novas modalidades de crédito, cuja coleta de dados primários se iniciou em novembro de 2025.

O crédito pessoal não consignado passa a ser segmentado em duas modalidades: o crédito pessoal não consignado com garantias reais e o crédito pessoal não consignado sem garantias reais. No primeiro caso, são consideradas operações com cessões de direitos creditórios, cauções, alienações fiduciárias, hipotecas, seguros e assemelhados, bens arrendados e outras garantias reais. A segregação dessas operações busca prover informações sobre modalidades anteriormente agregadas, mas cujos níveis de

risco são significativamente diferentes e, portanto, apresentam taxas de juros e indicadores de inadimplência também diferentes.



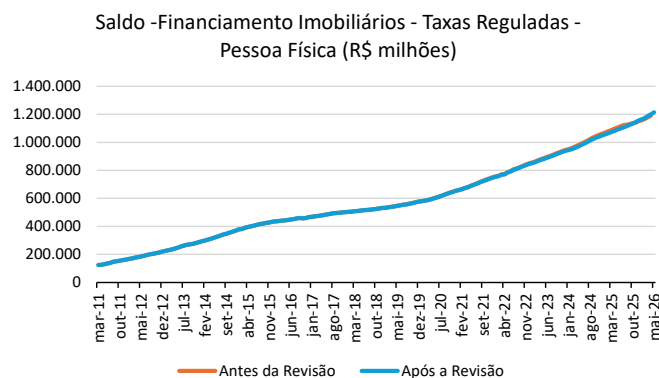
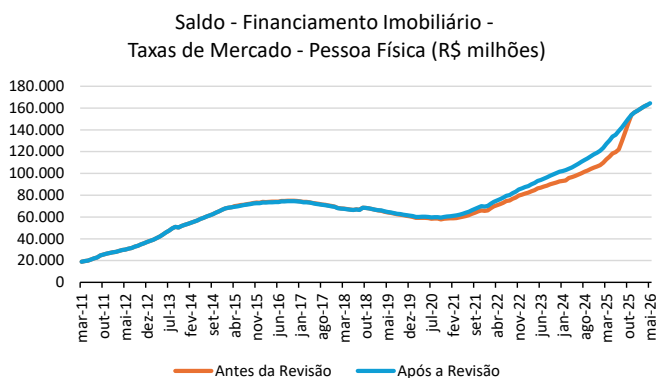
No crédito direcionado, passam a ser divulgadas separadamente as operações de programas destinados ao fomento de micro, pequenas e médias empresas, seja pela destinação de recursos direcionados, seja pela aplicação de taxas de juros reguladas. Destaca-se neste subconjunto, o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe).

## 5. Revisão das estatísticas de crédito

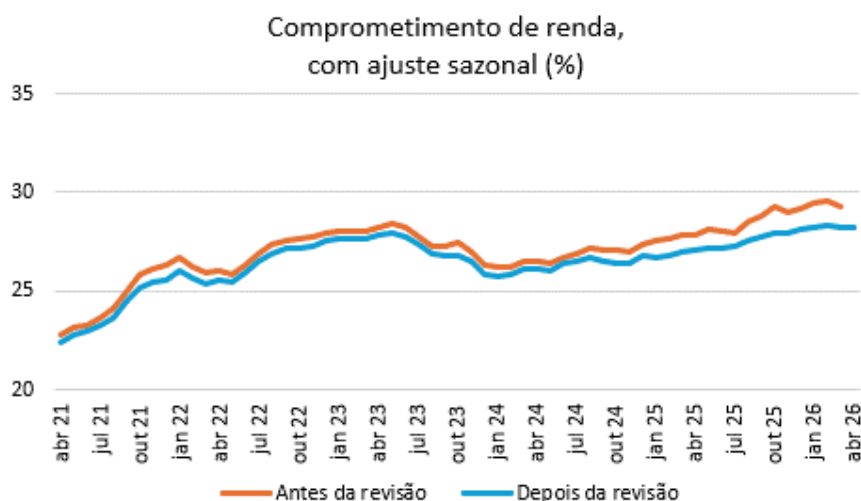
De acordo com a [Política de Revisão das Estatísticas Econômicas Oficiais Compiladas pelo Departamento de Estatísticas \(DSTAT\) do Banco Central do Brasil](#), 3ª edição, de junho de 2023, as estatísticas de crédito sofrem revisão ordinária anual nos meses de junho. Essas revisões visam, principalmente, o aprimoramento da consistência entre os diferentes documentos remetidos pelas instituições financeiras, a retificação de informações anteriormente enviadas e a revisão de séries históricas.

Na revisão anual de junho de 2026, destacaram-se as seguintes alterações:

- i) Financiamentos imobiliários: reclassificações de saldos entre as modalidades com taxas reguladas e taxas de mercado bem como revisão de valores.



ii) Comprometimento de renda: revisão dos prazos das operações de cartão de crédito parcelado lojista (operações parceladas sem juros, incluídas na modalidade cartão de crédito à vista nas estatísticas), possibilitada pela incorporação de novas informações, com impacto redutor no indicador de comprometimento. Esse impacto é mais expressivo em períodos mais recentes.



iii) Inadimplência: revisão dos saldos inadimplentes em função de aprimoramento na captura de informações sobre operações de instituições financeiras não bancárias. Essa revisão teve impacto de alta discreta nos indicadores, particularmente no segmento de Pessoas Jurídicas.

